

ALHANDRA, “A CIDADE JUREMA”: A NEGAÇÃO DE UMA IDENTIDADE INDÍGENA.

SILVA JUNIOR, Luiz Francisco da.¹

Este artigo é fruto de uma pesquisa, ainda iniciante, que parte de reflexões e de inquietações da história de uma cidade, Alhandra, e de seu passado indígena. Mas que isso, na pesquisa por uma história que se confunde com a minha, por permear as minhas memórias, essas inquietações se baseiam na seguinte constatação: a existência de uma realidade na cidade de Alhandra que hoje se difere da Alhandra que vivenciei em minha infância. Quando criança me acostumei a ouvir histórias dos mais velhos sobre os poderes sobrenaturais de alguns moradores da cidade, eram os mestres da jurema², que praticavam o catimbó com uso da jurema em seus rituais. Lembro-me que eles já não eram muitos, contudo eu ouvia incansavelmente as histórias desses mestres da jurema que tinha grande fama dentro e fora da cidade, atraíam pessoas de toda parte do país que vinham para Alhandra interessados nos serviços dos “senhores dos terreiros de catimbó”, fazendo com que a cidade fosse conhecida como a “cidade jurema” da Paraíba.

Na cidade as pessoas se dividiam entre os que acreditavam e os que rejeitavam tal crença, mas na verdade eu sempre percebi que mesmo os que diziam não acreditar, tinham um certo temor ou até respeito pela prática do catimbó e do uso da jurema. Era comum, portanto, atribuir que qualquer mal ou doença que se abatesse sobre alguém seria fruto de um “trabalho feito”, um modo de dizer que aquele mal ou doença era resultado de algum catimbó que foi feito para aquela pessoa. O interessante era que nesses casos as pessoas não procuravam médicos, pois quando se caía doente ou com algum problema de outro tipo (problemas espirituais) se recorria logo aos mestres da jurema, ou as rezadeiras, que ofereciam curas por meio dos poderes tidos como sobrenaturais, com o poder da oração. Essas práticas eram realizadas por uma grande maioria de moradores, entre eles muitos tinham esse poder de cura na cidade (curandeiros). Eu, muitas vezes, fui levado por minha mãe para ser rezado quando

¹ Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e pós-graduando em História da Paraíba pela Faculdades Integradas de Patos (FIP).

² Planta considerada sagrada em Alhandra de nome científico, *mimosa tenuiflora*, conhecida como jurema preta. De suas raízes ou cascas é produzida a bebida consumida durante as sessões, a qual teria poderes alucinógenos.

estava doente. Ao estar em outras cidades e ao me identificar como sendo de Alhandra as pessoas logo diziam, cuidado que ele é da terra do catimbó e/ou da jurema. E foi em meio a identificação com essa identidade social de “cidade jurema” que cresci, mas o que nunca me disseram foi como tudo teria começado, como Alhandra passou a ser reconhecida como a terra de tantos mestres da jurema, embora muitas explicações adviessem de sua história, como uma cidade que havia surgido de uma aldeia indígena, mas que negava ou desconhecia a relação dos índios com os rituais da jurema.

Hoje em dia, a prática do catimbó e do uso da jurema em Alhandra praticamente desapareceu, de modo que os alhandrenses, em boa parte, já não aceitam a identidade de “cidade jurema”, preferem ser reconhecidos em suas práticas religiosas como cristãos. Essa negação da identidade indígena e das práticas religiosas com a jurema passaram a me inquietar, e me fizeram problematizar Alhandra não como a “cidade de Jesus Cristo³”, mas sim como “cidade jurema”. Questões como, o porquê dessa negação? Como isso ocorreu? Que mudanças aconteceram na cidade que levou a rejeitá-la a identidade de cidade jurema? A partir de quando isso começou a acontecer? A quem interessava essa mudança? Será que as pessoas na cidade sabem que essa identidade de “cidade jurema” é resultado do passado indígena? Indagações como essas fizeram-me debruçar na pesquisa sobre a negação dos alhandrenses sobre sua história e identidade indígena.

A intenção não é de reencontrar as raízes da identidade de Alhandra, visto que o conceito de identidade que trabalhamos aqui é aquela pensada por Hall (2001) que não possui essência, mas sim entender as discontinuidades que fizeram com que uma identidade fosse assumida em detrimento de outra. Compreender como e quais fatores atravessaram a vida dos alhandrenses alterando de forma decisiva a própria visão que tinham de si mesmos faz parte de meu objetivo inicial.

Sendo assim, tomamos a identidade como sendo um processo que é construído durante toda a vida, seja de um indivíduo ou mesmo de um grupo/sociedade. A concepção de identidade não será tomada, então, como algo inerente ao ser ou seres, nem muito menos como algo estático, a identidade não é simplesmente aquilo que se é, mas é uma criação cultural e social (SILVA, 2000). Ela é formada e transformada continuamente na relação que o indivíduo estabelece com os sistemas culturais e sociais

³ Esse termo, “cidade de Jesus Cristo”, foi uma apropriação que fiz a partir de uma enquete em uma comunidade de um site de relacionamentos (orkut), no qual os moradores da cidade, discutiam se Alhandra era ou não a “cidade jurema”. Muitos dos que deixaram comentários na enquete, diziam que Alhandra seria a cidade de Jesus Cristo e não da jurema.

que o rodeia, não sendo definida biologicamente, mas sim historicamente, de modo que os sujeitos podem e geralmente assumem diferentes identidades em diversos momentos. Com isso, concluímos que as identidades assumem um caráter descontínuo e são muitas vezes conflituosas e formadas de forma ambígua e até mesmo contraditória (HALL, 2001).

Para auxiliar as discussões teóricas tomamos ainda o conceito de, interculturalidade (OLIVEIRA, 2007), entendido aqui como um processo de interação, troca e reciprocidade, onde há um intercâmbio entre duas culturas, sendo que uma fica desestabilizada e/ou negada, contestada em seus princípios básicos (como crenças, traços, danças, etc.), que são tomados como algo negativo e de pouco ou nenhum valor, enquanto a outra fica sendo legitimada como ideal pela sociedade. Neste caso, a cultura indígena em Alhandra passa a ser tida como algo negativo e, portanto é recusada em contraponto a valorização da identidade e dos valores cristãos e europeus.

Não temos a intenção, assim, de demarcar um território único para a cultura de Alhandra e para onde ela deva retornar, mas sim entender e colocar em relevo os processos que transpassaram a história da cidade, contribuindo para analisar esse processo de negação de uma identidade e construção de uma nova, esta última que também não será única e não assumirá um local fixo. A cultura dos alhandrenses não está gravada em uma pedra, por isso não pode permanecer petrificada, mas sofre alterações em meio aos diferentes contatos e relações com o mundo e os signos culturais, sendo interpretada como “(...) um contestado e conflituoso conjunto de práticas de representação ligadas ao processo de composição e recomposição dos grupos sociais”. (COSTA, 2004:24)

A “CIDADE JUREMA” DE IDENTIDADE INDÍGENA

A cidade de Alhandra surgiu de um aldeamento indígena, a aldeia dos Arataguis, que habitavam as terras que hoje são do município, e era pertencente à Tribo dos índios Tabajaras. Como aconteceu em todo o Brasil, após a conquista definitiva das terras da Paraíba pelos portugueses foram criadas as aldeias missionárias, a exemplo de Jacoca (atual cidade do Conde), e a dos Arataguis (atual cidade de Alhandra). Nas missões, os índios ficavam sobre os cuidados de religiosos, que vestidos segundo os ideários cristãos levavam os índios a prática dos “bons costumes”, ensinando a educação moral e

religiosa. O índio era visto como aquele a ser salvo, pois os consideravam como os “pobrezinhos” que não conheciam a verdade, era dever dos padres mostrar-lhes o caminho do céu. A mentalidade europeia e cristã da época não entendia e nem aceitava o considerado diferente.

Nesse sentido, a cultura indígena era vista como algo que precisava ser superado pelo ideário católico, tendo nos jesuítas os primeiros padres missionários a estarem na Paraíba. Segundo Wilson Seixas (1979), os padres jesuítas Simão Travassos, Jerônimo Machado e Baltazar Lopes fundaram residência na região, dando início as suas práticas religiosas, se ocupando da catequese dos índios situados nas aldeias tanto do litoral quanto do sertão. Com a chegada dos franciscanos, que também passaram a se ocupar com os serviços de catequização das aldeias, vieram os conflitos (onde passou a ser disputado o direito de catequizar os índios da Paraíba, entre franciscanos e jesuítas) . Os jesuítas acabaram sendo expulsos da Capitania, em 1593, pelo então governador da Paraíba Feliciano Coelho de Carvalho, restando aos franciscanos todo o trabalho missionário da região.

...após a expulsão dos jesuítas cresceu muito na capitania a devoção e o número dos cristãos impulsionados pela grande confiança que tinham os padres franciscanos sobre os quais recaía o peso de muitos serviços nas aldeias, tanto que passaram a ser considerados como os melhores auxiliares na conversão moral e religiosa entre os índios e moradores. (SEIXAS, 1979: 47)

Para Seixas (1979) os franciscanos eram melhores na catequização indígena que os jesuítas, inclusive eles eram detentores do afeto dos nativos da região. Neste discurso ingênuo até parece que não havia conflitos e nem resistência por parte dos índios, uma vez que por trás desse conflito entre jesuítas e franciscanos estava um interesse maior, o dos colonos pela mão-de-obra indígena, acabando por desencadear na escravização.

Os franciscanos foram assim construindo igrejas e conventos nas aldeias, no intuito de exercer uma maior presença e por isso controle sobre os índios. Assim foi fundada a igreja de Alhandra com a invocação de Nossa Senhora da Assunção, uma das primeiras a ser erguida em 1740. A construção da igreja e do convento foram realizadas pelos próprios índios, o que corroborou no deslocamento de sua cultura e de sua religião, pela visão e instituição do deus cristão. Sob esta perspectiva temos que, “na Paraíba, as tabas foram sendo esvaziadas, virando aldeias missionárias, manipulados por poucos religiosos(...). A política colonialista era de misturar os índios de tribos e nações

diferentes...” (MELO, 1999: 201). Melo (1999) reforça ainda uma concepção já discutida que as aldeias, na Paraíba, passaram a ser responsabilidade dos religiosos, onde a política colonialista misturava diferentes aldeias e nações indígenas, demonstrando que sempre que uma nova aldeia era conquistada pelos brancos ela era levada para um outro lugar, este já espaço de índios ‘amansados’.

Os aldeamentos missionários, como o de Alhandra fazia parte de uma política colonialista, onde eram desenvolvidas ações de isolamento e controle dos índios, até certo ponto essa política era bem sucedida, pois servia na pacificação dos índios. A importância da missão indígena de Alhandra foi enfática, pois uma vez a capela construída, a aldeia logo foi elevada a Freguesia de Nossa Senhora da Assunção, sendo a segunda freguesia a ser criada na Paraíba. A freguesia de Alhandra era ligada à diocese de Olinda, através da sua criação em 1758 o reduto indígena foi tornado vila: “...Em virtude da Carta Régia de 14 de Setembro e Alvará desta data, é elevada a categoria de villa a aldeia de Arataguy, com o nome de Alhandra.” (PINTO, 1977:158).

Em 1758, Alhandra se torna a primeira vila da Paraíba, sendo apenas instalada em 1765. Na medida em que ela deixa de ser uma simples aldeia missionária para ser vila, as autoridades religiosas passam a não serem as únicas a imperarem na região, sendo ela também controlada pelas autoridades civis. Nesse sentido o índio deixa de obedecer ao padre e passa a obedecer ao capitão-mor, ao capitão dos índios e as demais autoridades civis locais.

Alhandra não era, portanto, um lugar de grande expressão, era um pequeno lugarejo. Consta que por volta de 1774, possuía cerca de 620 construções e 1089 habitantes (SILVEIRA, 1999. p. 33). Contudo, acreditamos que a maior razão por ter sido Alhandra a primeira vila foi por causa dos índios. Alhandra não surge enquanto vila por sua grandeza, desenvolvimento ou por ser um povoado de relevante expressão, mas sim para atender a uma estratégia da política colonialista, uma vez que não é de se estranhar que Alhandra irá permanecer por mais de duzentos anos na categoria de vila.

Fundada a vila de Alhandra, a população indígena é forçada a viver como os brancos, passando a morar em casas individuais e não mais em tabas comunitárias, vivendo os novos costumes trazidos pelos europeus, como relata o presidente da Província:

...Os índios que existem nesta província estão todos aldeados e habitam pela maior parte em vilas sujeitas às autoridades civis (...) e já estão todos degenerados da origem primitiva que a maior parte nem o idioma de suas tribos falam; estão hoje confundidos na massa da

população e apenas nas vilas de Alhandra, conde e antiga vila da Baía da Traição vivem no meio das outras raças que inteiramente os sobrepujam em número e importância... (MELO, 1999: 211)

O relatório do Presidente da Paraíba fala do período de 1845, onde Alhandra aparece como sendo um dos poucos lugares de existência da presença indígena, estando os índios subjugados às leis civis, como uma minoria que perdeu suas referências no meio dos brancos, assim também acontece com a língua indígena, que já não falavam mais. Percebemos, dessa forma, que fica bastante evidente a interculturalidade (OLIVEIRA, 2007), onde a ação dos colonizadores portugueses foi decisiva para que, aos poucos, os índios de Alhandra perdessem suas referências culturais e os elementos de sua cultura fossem perdendo significado, ao mesmo tempo em que ganhava valor a cultura européia.

Na cultura indígena, um dos traços mais marcantes era a religiosidade, e com certeza era também o que mais incomodava os europeus. Inúmeras eram as manifestações culturais indígenas, entre elas o politeísmo (a fé em vários deuses), fator inaceitável para a mentalidade cristã católica. Talvez tenha sido esse um dos maiores conflitos entre o mundo europeu e o mundo indígena, afinal, para a mentalidade católica da época só haveria salvação pela conversão católica, pelo abandono de hábitos ‘selvagens’ e pela adesão dos bons costumes e princípios dos ditos ‘civilizados’. Para eles só o cristianismo poderia tirar os ‘selvagens’ de sua situação ‘animalesca’ e dar-lhes uma nova condição, tornando-lhes cristãos, passando de um estado de selvageria para o de humanidade, pelo menos era isso que ditava o pensamento europeu quinhentista. Mas que um viés econômico, essa questão era perpassada por noções de verdade, realmente acreditava-se num projeto salvacionista, no entanto os nativos não abandonaram suas crenças tão facilmente, resistindo a imposição dos europeus.

As missões nas aldeias indígenas tinham essa forte, se não principal preocupação em levar os índios a crer no Cristo e aceitar o evangelho. Os índios ao que parecem inicialmente aceitaram com certo entusiasmo, porém logo:

...se desinteressavam do culto de modo que era preciso levá-los à força. Preferiam ficar nas suas roças e lavouras fora da aldeia onde permanecendo, parece que ficavam desobrigados de freqüentarem a igreja que então só os atraía na época do São João por causa das fogueiras, ou pela quaresma, atraídos pelo ritual da flagelação no qual viam mais uma prova de coragem do que um ato de penitência daqueles que se submetiam a ela. (MEDEIROS, 1999: 33)

A tarefa dos missionários não era simples, uma vez que além de catequizar sentiam a necessidade de fazer vivenciar um processo de ressignificação de seus rituais pelos índios, fugindo muitas vezes daquilo que era proposto pelos padres. Com o uso da força os índios eram obrigados a participar das missas, porém eram os povos Tabajaras os mais receptivos à cultura européia, logo sendo confundidos com os demais da população branca.

Em Alhandra, os problemas dos missionários não pareciam ter sido diferentes, as dificuldades de levarem os índios a crerem num só Deus não foi tarefa das mais fáceis. Mesmo que os Tabajaras fossem mais receptivos à cultura européia, ainda assim resistiam as crenças cristãs católicas. E isso talvez explique, em parte, o porque ainda hoje encontramos no território da Paraíba aldeias Potiguaras, enquanto os Tabajaras desapareceram sem deixar muitos vestígios, como é o caso da aldeia indígena de Alhandra. Contudo, mesmo os Tabajaras sendo um tanto mais afetuosos aos padres (MEDEIROS, 1999), ainda assim não deixaram sua cultura de forma tão pacífica e muitas vezes se tornavam cristãos batizados mantendo seus rituais e costumes. Foi o que aconteceu em Alhandra, que manteve um forte sincretismo religioso.

O misticismo religioso que perdurou por muito tempo em Alhandra é uma clara herança indígena. Esse sincretismo é tão forte, que a cidade chegou a ser conhecida como a “Cidade Jurema”, isso porque nos locais de prática dos rituais de catimbó é constante a presença da jurema, caracterizada pelos seus efeitos alucinógenos. Esse é um tema que desperta a atenção de inúmeros estudiosos, chegando a ganhar destaque internacional pela fama de seus poderes sobrenaturais:

Certo dia a cidade acordou com uma novidade, os repórteres da BBC de Londres vieram do outro lado do mar para conhecer Alhandra, todos aqueles equipamentos esquisitos coisas do primeiro mundo e uma língua enrolada para fazer uma reportagem sobre a cidade da jurema, sendo assim Alhandra seria conhecida internacionalmente (...) conseguindo trazer estudiosos de toda a parte do mundo, curiosos com o misticismo do lugar. (SOARES, 1999: 55)

Alhandra sempre despertou a atenção de muitos, que atraídos pelos famosos mestres da jurema, buscavam a realização de desejos e fantasias. Mais que um local de estudo, Alhandra era um território de misticismo e magia. A perseguição de policiais sob os ‘mestres da jurema’ obrigou que os rituais fossem realizados as escondidas, afastados da cidade, deslocando em espaço e tempo a crença herdada pelos índios.

Conta-se que quando morriam não tinham o direito de serem enterrados no cemitério local, sendo sepultados em lugares afastados, onde se plantava um pé de jurema para marcar o local do sepultamento. Nesses mesmos locais eram também sepultados todos aqueles seguidores do mestre da jurema, surgindo dessa forma as chamadas “cidades da jurema”, como: Cidade de Manoel Cadete, Cidade de Rosalina, Cidade de Maria do Acais, Cidade do Mestre Adauto, Cidade do Rei Heron, Cidade dos Encantos (Tambaba) e Cidade de Águas Claras (SOARES, 1999). As cidades da jurema funcionavam para os juremeiros⁴, como um lugar sagrado, onde repousava os espíritos ou os encantados, que eram os espíritos dos gentios e dos mestres da jurema.

Dentre as oito cidades da jurema (os lugares sagrados para os juremeiros) de Alhandra, a ‘cidade da jurema’ mais conhecida é a do Acais, um pequeno povoado situado as margens da estrada que leva ao município de Alhandra. A fama dos poderes sobrenaturais e mágicos desse lugar mereceu uma reportagem no jornal, A União de 20 de julho de 1997, que estampava a manchete: “Ciências ocultas em Alhandra: Pacto de silêncio protege a Cidade Sagrada da Jurema”. Esta reportagem, de Machado Bittencourt, ressaltava que a família Guimarães, descendentes da ‘Mestre de jurema’ Maria do Acais, guardam os segredos da preparação das bebidas feitas com a jurema. Para entendermos melhor como era a realização do culto da jurema, vejamos como se dava entre os índios Tuxás:

O culto da jurema, tal como se apresenta entre os tuxás, desenrola-se em torno da bebida ou o vinho da jurema, o qual produz alterações na consciência que auxiliam a propiciar o transe. Orlando Sampaio Silva em sua pesquisa encontrou mais do que elementos mágicos europeus ou assimilação do catolicismo, referências extraídas do espiritismo kardecista e da umbanda. As entidades cultuadas são denominadas de encantados, que são espíritos dos gentios – falantes das línguas nativas – habitantes do reino encantado, que descem para curar e realizar trabalhos para os vivos, também chamados de mestres ou caboquinhos. Cascudo menciona em seu estudo a crença em dois reinos encantados: do Vajucá e do Juremal, sem especificar distinções entre eles. (ANDRADE, 2002: 225)

A respeito da prática do culto da jurema e do catimbó em Alhandra, destacamos a atuação da Mãe Maria do Acais, que segundo a reportagem d’A União’:

Essa respeitável senhora exerceu ofícios de videntes e conselheira de milhares de doentes e portadores de doenças exóticas e não sabidas

⁴ Juremeiros são todos aqueles que acreditam e fazem uso do culto da jurema.

das ciências médicas. Através dos conselhos de “Mãe Maria do Acais”, das suas preces e evocações, a maioria desses adoentados recuperava a saúde física, a tranqüilidade e o uso pleno das suas faculdades mentais. Nas práticas de “Mãe Maria do Acais” incluía-se a ingestão de um tipo de vinho fabricado com sementes da “Jurema”, planta que crescia e se multiplicava no sitio dos Guimarães, em Acais. Folha, sementes casca e raízes desse vegetal serviam para o preparo de garrafadas, licores, chás, banhos e condimentos desenvolvidos em formulas que Maria do Acais manteve em segredo, até sua morte, no ano de 1937... (A União, 20 julho de 1997)

A reportagem nos traz a informação do uso do vinho feito da jurema, a mesma referência que Andrade (2002) nos dá a respeito dos índios Tuxás na Bahia, sobre a origem desses poderes sobrenaturais do Acais, tudo teria começado com a índia Maria Gonçalves de Barro, que teria recebido do Imperador Dom Pedro II as terras do Acais, onde teria assentado moradia. Maria Índia teria dado início, então, ao uso da jurema para curar os mais variados males. Como não teve filhos, a sua sobrinha, Maria Eugênia Gonçalves Guimarães, recebeu a herança da tia, e logo ficaria famosa como sendo a ‘mestre’ Maria do Acais. Depois de sua morte, Flóscolo Gonçalves Guimarães, seu filho, foi seu continuador, nos demonstrando os laços de parentesco que circundam os domínios do segredo da jurema.

Existe, assim, um forte sincretismo que ronda as práticas religiosas em Alhandra, que apesar dos traços de um culto indígena no uso da Jurema, também se faz sinais da umbanda, do espiritismo e do catolicismo. A influência católica é, deste modo, a mais evidente, uma vez que em Alhandra, em frente à casa dos Guimarães onde viveu e fez seus trabalhos espirituais Maria do Acais, existe uma capelinha dedicada a São José. Entre os muitos mestres de juremas de Alhandra, cogita-se que um dos mais famosos seja Zé Pilintra, também nascido na Vila. A cidade, assim, figura entre esse lugar cheio de mistérios sobrenaturais. Muitos conhecem a fama de Alhandra e de seus mestres da jurema, e todo esse misticismo envolto pela jurema fez de Alhandra a ‘cidade jurema’ no país do evangelho.

A identidade de Alhandra, como sendo a ‘Cidade Jurema’, é então resultado de seu passado indígena, onde mesmo sofrendo inúmeras interdições, aculturações e fortes influências de outras religiões, termina por culminar no traço principal indígena, que é o uso da Jurema. Reconhecer esse passado é também reconhecer essa identidade indígena, que nos dias de hoje é fortemente rejeitada pelos próprios habitantes da cidade, que assumem uma identidade branca e cristã e recusam (pelo simbolismo negativado que hoje existe) as identidades de indígena e catimbozeiro.

A RECUSA DE UMA IDENTIDADE DA JUREMA NUMA CIDADE DE ORIGEM ÍNDIGENA

A cidade de Alhandra durante o período em que havia uma grande prática do catimbó e do uso da jurema, período este onde os mestres da jurema, como Maria do Acais, tinham fama por toda parte, fazendo com que centenas de pessoas visitassem a cidade periodicamente, para usar dos trabalhos realizados pelos mestres, levando o pequeno lugarejo a ganhar o nome de “cidade jurema”, que como vimos anteriormente é resultado de uma herança dos índios que ali moravam. Alhandra ganhava, assim, uma grande visibilidade para todos aqueles que acreditavam nos poderes sobrenaturais de seus mestres.

Contudo, na própria cidade, essa identidade sempre foi muito conflituosa, embora que todos acabassem recebendo para si essa identidade social muitos não a aceitavam, por não acreditarem em tais práticas. Porém, mesmo esses que não acreditavam semeavam um grande respeito e até certo medo em relação a esses mestres da jurema. A jurema era na cidade algo sagrado, assim como a cruz para os cristãos, ela possuía algo de supremo para os juremeiros, contam os mais velhos que ninguém podia arrancar as folhas da jurema sem pedir licença aos espíritos ou encantados, ou ainda derrubar um pé de jurema, pois caía no signo do proibido. Dizia-se que aquele que derrubasse uma jurema, o mal pousaria sobre ele, como um castigo. Dessa forma, mesmo aqueles que não acreditavam e nem freqüentavam os rituais de catimbó, mantinham uma grande consideração, o que revela que na verdade boa parcela da população freqüentava e fazia uso dos conselhos e se valiam não dos médicos quando doentes, mas sim dos mestres da jurema, claro que dificilmente alguém assumia isso em público, pois na cidade todos viam isso como sendo algo do mal ou até mesmo adquirindo um teor diabólico.

Essa identidade de “cidade jurema” começou cada vez mais a ser contestada, negada pelos alhandrenses, que deixavam de se ver representados sob essa identidade, principalmente a partir do início dos anos 1980. Os moradores da cidade passaram a nem mesmo respeitar essa crença, pois já não sabiam que se tratava de um traço da cultura indígena, esta que tinha resistido a interculturalidade com as culturas européias, fazendo com que os cultos da jurema e do catimbó fossem ficando cada vez menos praticados na cidade, assumindo traços dos cultos da religião afro. Mas por que isso

começou a acontecer? O que está dito e não dito nos interstícios desse processo de negação da identidade indígena em Alhandra? Terá sido a chegada e o grande crescimento do protestantismo na cidade? E os católicos, teriam ficado menos tolerantes com a prática do culto da jurema? Já que antes uma grande maioria dos que freqüentavam os terreiros, também iam as missas. E administração pública, teria usado alguma estratégia para desconstruir essa identidade indígena? Tendo em vista que antes um dos mais conhecidos mestres de Alhandra, senhor Inácio, foi inúmeras vezes vereador, chegando ainda a ser vice-prefeito. Estas questões constituem grandes contradições e problematizam a trajetória de uma pesquisa que anda conquistando contornos mais substanciais para a elaboração de minha monografia de especialização, no entanto acredito *a priori* que esses fatores mencionados acima certamente tiveram relevância neste processo de negação da identidade jurema.

Atualmente, dentro da comunidade, existe um debate entre uns poucos que tentam manter a memória dessa identidade de “cidade jurema”, contrariando aqueles que simplesmente preferem que isso seja esquecido, pois agora Alhandra seria uma cidade cristã, baseada em valores bíblicos, (re)negando tudo aquilo que não seria fruto do cristianismo e não permitindo que espaços sejam abertos para vivenciar novamente a cultura indígena, o catimbó e a jurema.

Percebemos assim que, como diz Silva (2000), para que uma identidade seja afirmada e marcada, vai sempre implicar em um processo de inclusão e exclusão, pois a concepção de identidade está relacionada com a diferença. No entanto, para se afirmar a cultura do ser cristão (seja católico ou protestante) significa automaticamente negar a identidade do catimbozeiro e do juremeiro.

A identidade indígena em Alhandra conseguiu se conservar durante muito tempo, graças às negociações e reelaboração de seus usos, permitindo que essa identidade indígena do culto da jurema se mantivesse viva e ativa em Alhandra durante séculos (SALLES, 2004). Até que os novos tempos soprassem ventos tão fortes que retirassem aquilo que nem mesmo a colonização portuguesa tinha conseguido, que era destruir de vez a cultura indígena. E esse vento forte e poderoso que sopra nos tempos de hoje, são os novos sistemas culturais e sociais que interferiram e modificaram a identidade de um povo que parece nem mesmo querer lembrar-se do que já foi, e assim como se fossem cinzas lançadas ao vento a identidade indígena em Alhandra, foi se esvaindo, depois de resistir a séculos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Maristela Oliveira de. **500 anos de catolicismo e sincretismo no Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002.

BITTENCOURT, Machado. **Ciências ocultas em Alhandra: pacto do silêncio protege a Cidade Sagrada da Jurema**. A União. João Pessoa, 20 de julho de 1997. Folha Geral, p. 6.

COSTA, Marisa Vorraber. Estudos Culturais – para além das fronteiras disciplinares. In **Estudos Culturais em educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema...** Marisa Vorraber Costa e Alfredo Veiga Neto (org). Porto Alegre: UFRGS, 2004. (p.13-36).

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaraci Lopes Louro – 5ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MEDEIROS, Maria do Céu. **Das origens à transição para o trabalho livre**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999.

MELO, Josemir Camilo de. **O resgate da História indígena na Paraíba**. Notas para uma pesquisa etnohistoriográfica. Ed. EDUFAL, 1999. (p. 195 -219)

OLIVEIRA, Marilda Oliveira de. **A identidade na contemporaneidade: cultura guarani**. Revista Alceu – v. 7 – n. 14 – jan./jun. 2007 (p. 160 a 168)

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para a história da Paraíba**. V. 1 e V2. João Pessoa: ed. Universitária/UFPB, 1977.

SALLES, Sandro Guimarães de. **À sombra da jurema: a tradição dos mestres juremeiros na umbanda de Alhandra**. Revista Antropológicas, ano 8, volume 15, 2004 (p. 99-122)

SEIXAS, Wilson. As juntas das missões. IN: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**. Volume 22. Abril de 1979. João Pessoa (p. 45 – 77)

SILVA, Tomaz Tadeu (org.) **Identidade e diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOARES, Edvaldo Rosendo. **História de Alhandra – PB**. 1959 – 1999.